

ESP-JUNTA TEC EST SAO PAULO-JUCESP

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	102801-ESP-JUNTA TEC EST SAO PAULO-JUCESP	PAULO ROBERTO ZAIDAN SANTOS	05/05/2026 18:04 (v 0.13)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		151.00004422/2026-41

CAPA

PREGÃO ELETRÔNICO

90.007/2026

CONTRATANTE (UASG)

102801 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP

OBJETO

Registro de preços visando à contratação de serviços especializados de buffet.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 927.025,00 (novecentos e vinte e sete mil e vinte e cinco reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

1. Do Objeto

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO-JUCESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151.00004422/2026-41

Torna-se público que a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, por meio da Diretoria de Patrimônio e Contratos, sediada à Rua Guaicurus, 1394, Lapa, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1 DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços visando à contratação de serviços especializados de buffet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. Do Registro de Preços

2.1 Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante (s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital

3. Da Participação da Licitação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5 Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1 Para os itens que compõe o Lote 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8 O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Apresentação da Proposta e Habilitação

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento .

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública .

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, **empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando

apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2 Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte **e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)** que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3 Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4 Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5 Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6 O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública .

4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances .

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do Preenchimento da Proposta

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo mínimo definido no Termo de Referência, Anexo I deste Edital

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2.2 Nesta licitação para registro de preços, serão somente aceitas propostas cujos valores unitários sejam iguais ou inferiores aos valores unitários referenciais de cada item.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na *Lei Complementar nº 123, de 2006*, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1 Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2 Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da Sessão Pública

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de **valores ou percentuais** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento)** sobre o valor unitário do item.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4 Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo;

6.20.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da Fase de Julgamento

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6 Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.8 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2 Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992..

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1 Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2 Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 contiver vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8 Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da Fase de Habilitação

8.1 Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2 Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1 A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

Qualificação Técnica

8.14. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação, sendo assegurado o direito de realização de vistoria prévia.

8.14.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

8.15. Comprovação de que a empresa licitante mantém Responsável Técnico (RT) nutricionista, legalmente habilitado e com registro ativo e regular no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), responsável técnico pelos serviços de alimentação produzidos no âmbito do contrato.

8.15.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar documento que comprove o vínculo do responsável técnico com a empresa, por meio de um dos seguintes instrumentos: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Contrato de prestação de serviços; Contrato social, quando o responsável técnico integrar o quadro societário da empresa.

8.15.2. O responsável técnico deverá ser formalmente indicado pela licitante, cabendo-lhe a responsabilidade técnica pelos alimentos produzidos, inclusive com a emissão dos documentos técnicos pertinentes, tais como a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente, quando aplicável.

8.15.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste item mediante a apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro do responsável técnico perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.16. A licitante deverá apresentar Alvará Sanitário vigente, expedido pelo Município sede da empresa, em conformidade com a Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

8.17. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.18. Para fins de comprovação, os atestados deverão referir-se a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.19. Experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, admitido o somatório de atestados referentes a períodos distintos, não sendo exigida a continuidade do período.

8.19.1. Atendimento de demandas com quantitativo mínimo correspondente a 25% dos itens relacionados a: coffee break, coquetel e almoço ou jantar.

8.19.2. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de atestados executados de forma concomitante.

8.19.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.19.4. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atualizado da contratante e local de execução do objeto, entre outros documentos pertinentes.

8.19.5. A comprovação de experiência prévia tem por finalidade assegurar que o fornecedor possua capacidade operacional compatível com a complexidade e o padrão de qualidade exigidos para os serviços objeto desta contratação

Outras comprovações

8.20. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

8.21. O conjunto de exigências de habilitação previstas no Termo de Referência tem por finalidade assegurar a participação exclusiva de fornecedores juridicamente idôneos, tecnicamente capacitados e economicamente aptos à execução do objeto, mitigando riscos de inadimplemento contratual e de prestação de serviços em desconformidade com os padrões exigidos pela Administração.

9. Da Ata de Registro de Preço

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

Da Vigência e Prorrogação da Ata

9.8 O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.8.1 Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

10. Da Formação do Cadastro Reserva

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A fase de apresentação de amostra(s) que seja exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos Recursos

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico dpc@jucesp.sp.gov.br.

12. Das Infrações Administrativas e Sanções

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3 caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2 Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% a 30% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

12.5.A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6 Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar **a Ata de Registro de Preços** no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13 Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18 Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21 Tratando-se de licitação para registro de preços :

12.21.1 Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2 Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3 O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

13. Impugnação e Esclarecimentos

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo meio eletrônico **dpc@jucesp.sp.gov.br**.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4 A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1 As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e **no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet https://www.gov.br/compras/pt-br** sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6 A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7 A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das Disposições Gerais

14.1 Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1 Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2 A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2

14.2.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de ordem de serviços.

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4 Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1 a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2 a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da ordem de serviços ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1 O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2 O não comparecimento do fornecedor para retirar a ordem de serviços ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3 A retirada da ordem de serviços ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1 de que referida ordem de serviços está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2 de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3 de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4 de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5 dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6 de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8 Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.09 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1 As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12 Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet <https://www.gov.br/compras/pt-br>

14.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.14.1 ANEXO I - Termo de Referência;

14.14.2 ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

14.14.3 ANEXO II – Modelos referente a planilha de proposta;

14.14.5 ANEXO III – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.14.6 ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO MASSAO SHIMOMOTO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TR.pdf (336.76 KB)
- Anexo II - ANEXO I.I - ETP.pdf (354.04 KB)
- Anexo III - ANEXO II - PROPOSTA DE PRECO.pdf (159.35 KB)
- Anexo IV - ANEXO III - DECLARACAO HABILITACAO.pdf (123.4 KB)
- Anexo V - ANEXO III.I - PECULIARIDADES DA CONTRATACAO.pdf (125.81 KB)
- Anexo VI - ANEXO IV - MINUTA DA ATA.pdf (310.51 KB)
- Anexo VII - ANEXO IV.I - MINUTA ORDEM DE EXECUCAO DE SERVICOS.pdf (98.91 KB)

ESP-JUNTA TEC EST SAO PAULO-JUCESP

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	102801-ESP-JUNTA TEC EST SAO PAULO-JUCESP	PAULO ROBERTO ZAIDAN SANTOS	04/05/2026 15:58 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		151.00004422/2026-41

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 151.00004422/2026-41)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços especializados de buffet, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Item BEC	Item Compras	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Café da manhã	170399	3697	Pessoa	2000	R\$ 50,00	R\$ 100.000,00
2	Coffee break	170399	3697	Pessoa	3000	R\$ 54,17	R\$ 162.510,00
3	Brunch	170399	3697	Pessoa	500	R\$ 71,00	R\$ 35.500,00
4	Coquetel volante	170399	3697	Pessoa	2000	R\$ 76,50	R\$ 153.000,00
5	Almoço ou jantar tipo I	170399	3697	Pessoa	2000	R\$ 107,67	R\$ 215.340,00

6	Almoço ou jantar tipo II	170399	3697	Pessoa	2000	R\$ 121,67	R\$ 243.340,00
7	Kit Lanche	170399	3697	Unidade	500	R\$ 34,67	R\$ 17.335,00
TOTAL							R\$ 927.025,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante no catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, prorrogável nos termos do art. 84 da Lei 14.133/21.

1.3.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, haverá quantitativo adicional equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado.

1.4. O contrato estabelecerá a disciplina aplicável à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar elaborado por esta Autarquia.

2.2. A presente contratação não consta do Plano de Contratações Anual – PCA 2026, em razão da necessidade superveniente decorrente da intensificação das atividades institucionais, da ampliação da agenda de eventos e da imprevisibilidade quanto ao volume de demandas ao longo do exercício, o que inviabilizou sua previsão no planejamento anual.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. A contratação, a ser realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, sob demanda, mediante ordem de serviços, contemplando serviços de café da manhã, coffee break, brunch, almoço, jantar, coquetel volante e kits individuais, conforme a necessidade da JUCESP, a serem executados em suas dependências ou em locais por ela indicados.

4.2. A execução dos serviços deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, operacionais, sanitários e de qualidade, sem prejuízo de outros previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável:

4.2.1. Qualidade e Segurança Alimentar

a) Todos os itens comestíveis, com exceção dos industrializados, e resguardadas as exceções, deverão respeitar as normas técnicas de preparo e distribuição de alimentos contidas no código sanitário do Estado de São Paulo, observando a Portaria CVS-6 de 10/03/1999, bem como a resolução RDC 216 de 15/11/2004 da ANVISA.

b) Disponibilização, sempre que solicitada pela fiscalização, de informações de rastreabilidade dos insumos, listas de ingredientes com identificação de alergênicos e fichas técnicas dos preparos;

c) Manutenção do controle adequado de temperatura dos alimentos durante todas as etapas do serviço, conforme a legislação sanitária aplicável;

d) Os alimentos deverão ser preparados na cozinha da contratada e subsidiariamente no local do evento, utilizando-se matéria-prima de boa qualidade.

e) Os alimentos preparados para determinado evento e faturados em nome da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) deverão ser consumidos no próprio evento e, no caso de eventual excedente, deverão ser entregues à Contratante.

f) Qualquer tipo de alimento anteriormente preparado pela empresa não poderá ser reutilizado no preparo das refeições a serem servidas nos eventos organizados pela JUCESP.

f) O transporte das matérias-primas, insumos e produtos semielaborados deverá ser realizado em veículo devidamente higienizado e adaptado climaticamente para o transporte de gênero alimentícios ou que estejam acondicionados em recipientes térmicos, hermeticamente fechados ou similar adequado;

4.2.2. Logística e Execução

a) Entrega dos serviços no local, data e horário previamente definidos pela JUCESP;

b) Montagem da estrutura necessária com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos e desmontagem em até 60 (sessenta) minutos após o término do evento, salvo ajuste previamente autorizado pela fiscalização;

c) Adoção de plano de contingência para tratamento de eventuais intercorrências operacionais que possam comprometer a execução do serviço.

4.2.3. Capacidade de Atendimento

a) Adequação do quantitativo de alimentos, insumos, materiais e equipe ao porte, à natureza e à duração de cada evento, conforme ordem de serviços;

4.2.4. Materiais, Equipe e Apresentação

a) Fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo utensílios descartáveis ou, quando solicitado, louças, equipamentos e estruturas de apoio;

b) Os alimentos devem estar harmoniosamente dispostos em travessas, bandejas e/ou réchauds, com especial atenção aos molhos, para que harmonizem com os demais acompanhamentos do prato principal, sendo servidos separadamente, e louças adequadas ao tipo servido;

- c) A empresa deverá assegurar o devido acondicionamento dos alimentos e bebidas, de forma a preservar sua qualidade e integridade física, bem como servi-los em temperatura adequada para consumo;
- d) Disponibilização de equipe de apoio quando demandada, devidamente uniformizada e identificada para padronização da equipe com vestimentas apropriadas;
 - Garçons e garçonetes: deverão estar correta e adequadamente uniformizados (sapatos, meias, calças e camisas), com especial atenção à padronização da vestimenta;
 - Cozinheiros e ajudantes de cozinha: além de devidamente uniformizados com roupas adequadas e claras, deverão utilizar toucas, luvas e máscaras descartáveis, bem como avental de napa em algodão, próprio para uso próximo ao fogão.
- e) Os garçons deverão portar-se e movimentar-se com eficiência, segurança e discrição. Deverá ser dada atenção, igualmente, à movimentação e postura durante os serviços volantes.
- f) A Contratada deverá realizar a substituição, para os próximos serviços a serem prestados, de qualquer empregado que tenha se portado de modo altamente inconveniente ou incompatível em evento anterior, sobre o que terá conhecimento mediante advertência verbal ao coordenador designado na ocasião do serviço e, se necessário, por meio de notificação por escrito encaminhada ao preposto.

4.2.5. Cardápios

- a) Disponibilização de cardápios-base por tipologia de serviço e faixa horária;
- b) Possibilidade de ajustes nos cardápios conforme o perfil do público e a natureza do evento, mediante anuência da fiscalização;
- c) Atendimento a restrições alimentares previamente informadas, quando solicitado;
- d) Fornecimento de kits individuais devidamente lacrados e identificados, quando demandado.

4.2.5.1 Alimentação Especial

A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado pela CONTRATANTE e mediante prévia indicação na Ordem de Serviço, disponibilizar opções de alimentação adequadas a restrições alimentares e necessidades específicas, incluindo, no mínimo, preparações vegetarianas, veganas, isentas de lactose, isentas de glúten e outras restrições alimentares devidamente informadas, observadas as boas práticas sanitárias e a correta identificação dos alimentos ofertados.

Vistoria

4.3. A vistoria prévia constitui faculdade do licitante, recomendada para conhecimento das condições locais de execução.

4.3.1. Serão disponibilizadas datas e horários distintos aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3.3. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4.3.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude de não haver risco significativo de inadimplemento contratual e não ser necessário assegurar o cumprimento das obrigações contratuais;

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições Gerais de Execução

5.1.1. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE, observados os quantitativos, local, data, horário e tipologia do serviço definidos em cada solicitação.

5.1.2. As Ordens de Serviço serão emitidas com antecedência mínima de 2 (dois) dias corridos, prazo considerado suficiente para a adequada organização, preparo e execução dos serviços pela CONTRATADA.

5.1.3. A contagem do prazo será realizada em dias corridos, com expediente, excluindo-se o dia da emissão da Ordem de Serviço e incluindo-se o dia de início da execução.

5.1.4. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia emissão e aprovação da Ordem de Serviço pela fiscalização do contrato.

5.1.5. A comunicação formal entre as partes, inclusive para emissão, aprovação e eventuais ajustes das Ordens de Serviço, será realizada prioritariamente por meio eletrônico (e-mail), sem prejuízo de outros meios legalmente admitidos.

5.1.6. A CONTRATADA deverá encaminhar, com antecedência mínima de 1 (um) dia do evento, a relação nominal e o CPF dos profissionais que atuarão na execução dos serviços, para fins de controle de acesso aos locais indicados pela CONTRATANTE.

5.1.7. Após a execução do serviço, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal correspondente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço, para fins de ateste e processamento do pagamento.

5.2. Responsabilidades da Contratada

5.2.1. A execução dos serviços ocorrerá por conta e risco da CONTRATADA, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à sua completa realização, tais como:

- aquisição e preparo dos alimentos;
- embalagens;
- transporte e logística;
- seguros;
- tributos;
- encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios;
- equipe necessária à execução;
- quaisquer outros custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto.

5.3. Rotinas Operacionais da Execução dos Serviços

5.3.1. A execução dos serviços observará as condições e especificações constantes na Ordem de Serviço, na qual deverão constar, no mínimo, informações relativas ao evento, local da realização, unidade solicitante, identificação do servidor responsável pela solicitação, data, horário, quantitativo estimado de participantes e os itens contratados, com a devida especificação dos tipos de alimentação, inclusive opções vegetarianas, veganas, isentas de glúten ou outras restrições alimentares previamente informadas.

- 5.3.2. Os serviços deverão ser executados nas datas, locais e horários previamente definidos na Ordem de Serviço, em alinhamento com o gestor do contrato.
- 5.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços de alimentação pelo período estabelecido na Ordem de Serviço, observados os tempos estimados de execução previstos neste Termo de Referência.
- 5.3.4. Todos os alimentos deverão ser manuseados por profissionais devidamente capacitados, com utilização de luvas e observância das normas sanitárias vigentes.
- 5.3.5. Os alimentos e bebidas que demandem controle de temperatura deverão ser acondicionados em embalagens térmicas adequadas e transportados em condições que preservem sua qualidade, segurança e características originais, evitando-se qualquer risco de perecimento.
- 5.3.6. O transporte de alimentos e bebidas deverá ser realizado em veículos apropriados, fechados e devidamente higienizados, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e com as normas da Vigilância Sanitária.
- 5.3.7. Em todas as etapas de preparo, acondicionamento e distribuição dos alimentos deverão ser observadas as boas práticas de manipulação, de modo a assegurar a preservação dos nutrientes, o adequado tempero e o respeito às características próprias de cada ingrediente.
- 5.3.8. Os alimentos preparados para cada evento deverão ser consumidos exclusivamente durante a respectiva realização, sendo vedada sua reutilização posterior.
- 5.3.9. A organização e disposição dos alimentos e bebidas no local do evento deverão ser providenciadas pela CONTRATADA com antecedência mínima de 2 (duas) horas em relação ao horário previsto na Ordem de Serviço, salvo ajuste previamente autorizado pela fiscalização.
- 5.3.10. A CONTRATADA será responsável pela reposição dos alimentos e bebidas durante a realização do evento, sempre que necessário, garantindo o atendimento adequado aos participantes.
- 5.3.11. Constatada qualquer inconformidade relativa aos alimentos, materiais, equipamentos ou profissionais alocados, a CONTRATADA deverá promover a imediata substituição ou correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.3.12. As bebidas deverão ser disponibilizadas em temperatura adequada ao consumo, cabendo à CONTRATADA o correto acondicionamento e conservação até o momento do fornecimento.

5.4. Cardápios e Composição dos Serviços

- 5.4.1. Os serviços de buffet compreenderão as tipologias descritas no Item 4 do Termo de Referência, incluindo café da manhã, coffee break, brunch, coquetel volante, almoço/jantar (Tipos I e II), kit lanche e demais itens correlatos.
- 5.4.2. A composição detalhada dos cardápios, abrangendo bebidas, entradas, pratos principais, sobremesas e complementos, deverá atender aos padrões mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme especificações técnicas discriminadas no documento anexo ao processo “Especificação de Cardápios por Modalidade de Serviço de Buffet”, podendo os sabores e combinações ser definidos ou ajustados por ocasião da emissão da respectiva Ordem de Serviço, de acordo com as necessidades do evento e mediante validação da área demandante.
- 5.4.3. A CONTRATADA deverá assegurar alternativas vegetarianas e atendimento a restrições alimentares previamente informadas pela CONTRATANTE.

5.5. Equipe e Dimensionamento

- 5.5.1. A contratada deverá disponibilizar equipe compatível e suficiente ao porte do evento, observados parâmetros mínimos definidos pela fiscalização.

- Café da manhã, coffee break, brunch e coquetel volante: 1 (um) garçom e 1 (um) copeiro para cada grupo de até 20 (vinte) pessoas;
- Almoço/Jantar: 1 (um) garçom para cada 10 (dez) pessoas e 2 (dois) copeiros;
- Kit lanche: entrega direta, sem necessidade de equipe de apoio no local.

5.5.2. Toda a equipe deverá estar devidamente uniformizada, identificada e em conformidade com as normas de higiene e apresentação profissional.

5.6. Prazos e Tempo de Execução

5.6.1. Os serviços deverão respeitar os seguintes tempos estimados de execução:

Tipo de Buffet	Tempo de Execução
Café da manhã	2 horas
Coffee break	1 hora
Brunch	2 horas
Coquetel volante	5 horas
Almoço/Jantar	4 horas
Kit lanche	Entrega no horário definido na OS

5.6.2. A montagem da estrutura e disposição dos alimentos deverá ocorrer com antecedência mínima de 2 (duas) horas do início do evento, não se confundindo com o tempo de execução do serviço.

5.7. Materiais, Equipamentos e Utensílios

5.7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, utensílios e insumos necessários, em quantidade suficiente e qualidade compatível com o padrão institucional da CONTRATANTE.

5.7.2. Os materiais deverão ser de primeira linha, limpos, padronizados e adequados ao tipo de serviço contratado, incluindo, quando aplicável:

- louças, copos, taças, talheres, réchauds, bandejas, travessas e utensílios;
- mesas, pranchões, toalhas, guardanapos e itens de apoio;
- embalagens individuais adequadas para kits de lanche, devidamente lacradas.

5.8. Local e Horário de Prestação dos Serviços

5.8.1. Os serviços serão prestados nas dependências da JUCESP ou em outros locais por ela indicados, situados na cidade de São Paulo – Capital, Região Metropolitana e, quando demandado, em municípios localizados no interior do Estado de São Paulo, em um raio de até 120 km (cento e vinte quilômetros) a partir da Capital, conforme definido em cada Ordem de Serviço.

5.9. Garantia do Serviço

5.9.1. O prazo de garantia dos serviços prestados observará o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada com base em relatórios fotográficos, atesto de realização dos serviços e demais registros produzidos pela fiscalização.

7.1.1. O contratado deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição enquanto não sanadas as pendências identificadas no recebimento provisório.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.3. A rejeição dos serviços poderá ocorrer sempre que verificada desconformidade quanto à qualidade, apresentação, quantidade, segurança alimentar ou atendimento às especificações técnicas deste Termo de Referência.

7.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências verificadas na execução contratual, abrangendo os aspectos técnicos e administrativos, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará **os parâmetros definidos no item 7.1**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, contados de seu recebimento pela Administração, prorrogável por igual período, justificadamente, quando necessárias diligências para aferição do cumprimento das exigências contratuais, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos essenciais, tais como:

I – data de emissão;

II – dados do contrato e do órgão contratante;

III – período de execução do serviço;

IV – valor a pagar;

V – eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus à contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicafe.

Prazo e Forma de Pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por **preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação, sendo assegurado o direito de realização de vistoria prévia.

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. Comprovação de que a empresa licitante mantém Responsável Técnico (RT) nutricionista, legalmente habilitado e com registro ativo e regular no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), responsável técnico pelos serviços de alimentação produzidos no âmbito do contrato.

8.25.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar documento que comprove o vínculo do responsável técnico com a empresa, por meio de um dos seguintes instrumentos:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Contrato de prestação de serviços;
- Contrato social, quando o responsável técnico integrar o quadro societário da empresa.

8.25.2. O responsável técnico deverá ser formalmente indicado pela licitante, cabendo-lhe a responsabilidade técnica pelos alimentos produzidos, inclusive com a emissão dos documentos técnicos pertinentes, tais como a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente, quando aplicável.

8.25.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste item mediante a apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro do responsável técnico perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.26. A licitante deverá apresentar Alvará Sanitário vigente, expedido pelo Município sede da empresa, em conformidade com a Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

8.27. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.27.1. Para fins de comprovação, os atestados deverão referir-se a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.2. Experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, admitido o somatório de atestados referentes a períodos distintos, não sendo exigida a continuidade do período.

8.27.2.1. Atendimento de demandas com quantitativo mínimo correspondente a 25% dos itens relacionados a: coffee break, coquetel e almoço ou jantar.

8.27.2.2. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de atestados executados de forma concomitante.

8.27.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.27.2.4. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atualizado da contratante e local de execução do objeto, entre outros documentos pertinentes.

8.27.2.5. A comprovação de experiência prévia tem por finalidade assegurar que o fornecedor possua capacidade operacional compatível com a complexidade e o padrão de qualidade exigidos para os serviços objeto desta contratação.

Outras comprovações

8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

8.29. O conjunto de exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência tem por finalidade assegurar a participação exclusiva de fornecedores juridicamente idôneos, tecnicamente capacitados e economicamente aptos à execução do objeto, mitigando riscos de inadimplemento contratual e de prestação de serviços em desconformidade com os padrões exigidos pela Administração.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 927.025,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 927.025,00 (novecentos e vinte e sete mil e vinte e cinco reais), conforme custos unitários apurados em pesquisa de mercado e quantidades estimadas constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

I – Gestão/Unidade: 102801/10067;

II – Fonte de Recursos: 17602006;

III – Programa de Trabalho: 23126105064850000;

IV – Elemento de Despesa: 33903956;

V – Plano Interno: 0100.

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SANDER APARECIDO ALVARENGA

Chefe de Divisão de Comunicação e Eventos



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 15:58:57.

ESPECIFICAÇÃO DE CARDÁPIOS POR MODALIDADE DE SERVIÇO DE BUFFET

Item 1 - café da manhã

Bebidas frias: suco natural (fruta ou polpa) (3 tipos à ser combinado os sabores na ordem de serviço) e água mineral (copo) sem gás.

Bebidas quentes: café, leite, chás e chocolate.

Salgados: mini sanduíches (embrulhados individualmente até 4 sabores sendo 1 integral e outro vegetariano), croissant, torradas, manteiga, pão de queijo, esfirra e torta (dois sabores à ser combinado na ordem de serviço) mini pão francês, pão integral e tábua de frios.

Item 2 - Coffee break

Bebidas frias: água (garrafa) com gás e sem gás, refrigerantes de 1ª linha, normal e zero, dois tipos de sucos naturais (fruta ou polpa) sem açúcar servidos em suqueiras de vidro (laranja, uva, maracujá, manga, abacaxi com hortelã, caju) (dois sabores a serem definidos na emissão da ordem de serviço).

Bebidas quentes: máquina de café de 1ª linha (disponível na quantidade que seja suficiente para atender a quantidade de pessoas para cada evento), (sem açúcar), disponibilizar açúcar e adoçante em sachês, leite desnatado e integral, achocolatado pronto, chás variados (com embalagem individual, disponibilizar garrafa térmica preta com água quente).

Salgados: mini sanduíches embrulhados individualmente até 4 sabores sendo 1 integral e outro vegetariano, tostex de queijo ou presunto e queijo, pão de queijo, 6 tipos de mini salgados, (diversos sabores) (folhados ou salgados assados). Sabores a serem definidos na ordem de serviço.

Doces: três tipos de bolos (laranja, chocolate com nozes, aipim, fubá com goiabada, coco, milho, limão e cenoura). os sabores dos bolos e as coberturas serão definidos na emissão da ordem de serviço, amanteigados, salada de frutas (no mínimo 5 frutas) servidos em potes individuais (frescas e de boa aparência).

Item 3 - Brunch

Bebidas frias: água mineral de copo e água saborizada, refrigerantes de 1º linha normal e zero, 2 tipos de sucos naturais (fruta ou polpa) sem açúcar servidos em suqueiras (laranja, uva, maracujá, manga, abacaxi com hortelã, caju, a serem definidos na emissão da ordem de serviço).

Bebidas quentes: máquina de café (suficiente para atender a quantidade de pessoas) de 1ª linha (sem açúcar), disponibilizar açúcar e adoçante em sachês.

Salgados: dois tipos de tortas ou quiche (a ser definido na emissão da ordem de serviço), saladas servidas em taças individuais (várias opções de verduras, legumes), (a ser definido na emissão da ordem de serviço) 2 tipos de mini food; podendo ser risotos, escondidinhos, massas com 2 tipos de molhos (a ser definido na emissão da ordem de serviço), 2 tipos de carnes uma branca e uma vermelha servido individualmente (a ser definido na emissão da ordem de serviço).

Doces: dois tipos de mousse de vários sabores servidos em porções individuais (chocolate, limão, maracujá, morango, abacaxi e manga), (a ser definido na emissão da ordem de serviço), brigadeiros em copinhos individuais (chocolate,

beijinho, leite ninho) (a ser definido na emissão da ordem de serviço, mini carolinas (recheios chocolate e doce de leite), trufas (recheadas ou sem recheio).

Item 4 - Coquetel volante

Entrada: mesa com tabua de frios, 4 tipos de queijos, 2 tipos de embutidos, Castanhas e damascos, Canapés de damascos com cream cheese, Canapê de espetinhos caprese, Blows com castanhas nas mesas, três tipos de salgados fritos e dois tipos de salgados assado, três opções de empratados sendo 2 (dois) a base de proteínas e 1 (um) vegetariano,

Bebidas: refrigerante 1º linha normal e zero, água mineral (garrafa) com e sem gás, água saborizada – servido em suqueira de vidro, coquetel de frutas sem álcool, máquina de café expresso.

Item 5 - Almoço/jantar Tipo I

Bebidas frias: água mineral de copo, refrigerantes de 1º linha normal e zero, 2 tipos de sucos naturais (fruta ou polpa) sem açúcar servidos em suqueiras (laranja, uva, maracujá, manga, abacaxi com hortelã, caju, a serem definidos na emissão da ordem de serviço).

Bebidas quentes: maquina de Café expresso de 1ª qualidade (sem açúcar) Incluso: açúcar e adoçante em Sachês.

Pratos: Risoto (01 tipo) Funghi, Tomate Seco, Limão Siciliano, Quatro queijos, gorgonzola, Massa (01 tipo) Ravioli, Capelleti, Nhoque, Lasanha – carne, queijo ou frango a ser definido na emissão da Ordem de Serviço) com 2 tipos de molho (branco e ao sugo); Queijo parmesão ralado servido separadamente.

Arroz branco e integral, Carne vermelha (01 tipo) alcatra ao molho madeira, fraldinha assada com molho de cogumelos ou maracujá, carne branca (01 tipo) peixe saint peter ou frango); File de saint peter assado, sobrecoxa de frango assada, Salada (02 tipos) 2 tipos de folhas, cenoura ralada, tomate cereja e azeitona fatiada e incluir frutas acompanha molho e azeite e mostarda.

Opção vegetariana: Risoto de cogumelo e alho poró e Ravioli de ricota com espinafre, lasanha verde, ou massa verde com molho branco ou molho

Bebidas quentes: Maquina de Café expresso de 1ª linha (sem açúcar) incluso: açúcar e adoçante em Sachês.

Item 6 - Almoço/jantar Tipo II (alto padrão)

A contratada deverá apresentar um cardápio contendo no mínimo: 3 (três) opções de proteínas; 5 (cinco) guarnições sendo 1 (uma) composta por massa; 2 (dois) acompanhamentos; 2 (duas) opções de saladas; e 2 (duas) opções de sobremesa sendo 1(uma) a base de frutas;

Bebidas: Água mineral (com e sem gás), 2 tipos de refrigerantes (normal e zero), 2 tipos de sucos de frutas (Fruta ou polpa), 1 tipo de vinho nacional tinto, 1 tipo branco e/ou prosseco, 1 tipo de drink alcoólico, e 1 tipo de drink sem álcool, 1 tipo de cerveja ou chopp.

Pratos principais: Carne vermelha; Medalhão de filé mignon com bacon ao molho madeira; tornedor ao molho de funghi e shitake; Boeuf Bourguignon; Pernil de cordeiro assado ao molho de ervas finas; Carne branca; Filé de salmão ao forno no molho de maracujá; Supremo de frango com frutas secas; Bobó de camarão; e

Bacalhau à Gomes de Sá. **Guarnições:** legumes a noisette; soufflés de legumes; couve-flor gratinada ao molho; arroz à piamontese; risotos diversos; penne a putanesca; arroz branco; arroz com brócolis; purê ao forno; e batata gratinada;

Saladas: Salada caprese; Salada Waldorf; Salada Caesar; Salpicão de frango; Salada Thai; e Molhos – tártaro, rosé, mostarda com mel, vinagrete.

Sobremesas: Petit gâteau; Mouse de maracujá ou chocolate; Sorvete diversos sabores; Salada de frutas, Frutas laminadas com chantilly e castanhas; Mamão com creme de cassis; Torta de chocolate; e Torta de frutas.

Mesa de café: Café de primeira linha, chá diversos sabores; Frangélico e Amarulla; Petit four; bombons finos; e barrinhas de chocolate com menta.

Item 7 - Kit lanche:

A contratada deverá apresentar kits de lanche individuais, devidamente embalados, contendo no mínimo: 1 (um) sanduíche natural (integral ou tradicional, com opção de frango desfiado, peito de peru ou vegetariano); 1 (um) salgado assado (pão de queijo, esfiha ou folhado); 1 (um) doce (barra de cereal, mini bolo ou amanteigado embalado); e 1 (uma) fruta inteira de fácil conservação (maçã, banana ou pera);

Bebidas: 1 (uma) unidade de suco em embalagem individual de 200 ml ou água mineral de 300 ml (sem gás).

Complementos: guardanapo de papel e, quando necessário, talher descartável individual.

Observação: a contratada deverá variar os itens conforme a quantidade de dias do evento, de modo a garantir diversidade e evitar repetição de sabores, assegurando sempre a qualidade, a boa conservação e a segurança alimentar.

Quantidade de pessoal / equipe

TIPO DE BUFFET	Nº DE PESSOAS	Nº DE GARÇONS	Nº COPEIROS
Café da manhã	Para cada 20 pessoas	1	1
Coffee break	Para cada 20 pessoas	1	1
Brunch	Para cada 20 pessoas	1	1
Coquetel volante	Para cada 20 pessoas	1	1
Almoço/jantar	Para cada 10 pessoas	1	2
Kit lanche	Entrega direta, sem necessidade de equipe de apoio.		

Tempo da prestação dos serviços

TIPO DE BUFFET	TEMPO DE EXECUÇÃO
Café da manhã	2 horas
Coffee break	1 horas
Brunch	2 horas
Coquetel volante	5 horas
Almoço/jantar – Tipo I e II	4 horas
Kit lanche	Entrega no horário definido na Ordem de Serviço

Obs.: As sugestões de cardápio, em todas as modalidades de buffet, poderão ser ajustadas mediante acordo entre a contratada e a contratante.

ESP-JUNTA TEC EST SAO PAULO-JUCESP

Estudo Técnico Preliminar 12/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 151.00004422/2026-41

2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), destina-se ao atendimento das demandas recorrentes e eventuais da JUCESP relacionadas à realização de reuniões técnicas, capacitações, palestras, solenidades, ações internas e demais eventos institucionais.

A Autarquia não dispõe de estrutura própria permanente, equipe especializada ou logística operacional suficiente para execução direta dos serviços, especialmente quanto ao preparo, transporte, montagem e atendimento alimentar em diferentes formatos e locais.

A solução pretendida visa assegurar padronização, qualidade sanitária, economicidade, eficiência administrativa e atendimento adequado ao interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Comunicação e Eventos (DCE)	Sander Aparecido Alvarenga

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, visa à seleção de empresa especializada no fornecimento de alimentação pronta para consumo, sob demanda, mediante ordens de fornecimento, contemplando coffee breaks, brunches, cafés da manhã, almoços, jantares, coquetéis e kits individuais, conforme a necessidade da JUCESP, em suas dependências ou em locais por ela indicados.

Requisitos mínimos de execução e qualidade

Qualidade e segurança alimentar

- Cumprimento integral das normas sanitárias vigentes, incluindo boas práticas de manipulação, armazenamento, transporte e exposição de alimentos.
- Disponibilização, quando solicitada pela fiscalização, da rastreabilidade dos insumos, listas de ingredientes com identificação de alergênicos e fichas técnicas dos preparos.
- Manutenção do controle de temperatura dos alimentos durante a produção, transporte e serviço, conforme a legislação aplicável.

Logística e execução

- Entrega pontual no local, data e horário definidos pela JUCESP.

b) Montagem do serviço com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos e desmontagem em até 60 (sessenta) minutos após o término do evento, salvo ajuste definido pela fiscalização.

c) Adoção de plano de contingência para eventuais intercorrências operacionais.

Capacidade de atendimento

a) Adequação do quantitativo de alimentos, materiais e equipe ao porte e à natureza do evento, conforme demanda formalizada por Ordem de Fornecimento.

b) Possibilidade de ampliação ou redução de quantidades por Ordem de Fornecimento, conforme previsto na Ata de Registro de Preços.

Materiais, equipe e apresentação

a) Fornecimento dos materiais necessários à execução do serviço, incluindo utensílios descartáveis ou, quando solicitado, louças e equipamentos.

b) Disponibilização de equipe de apoio quando demandada, devidamente uniformizada e identificada.

c) Apresentação visual compatível com o padrão institucional e correta identificação dos alimentos, incluindo informações sobre alergênicos, quando aplicável.

Cardápios

a) Disponibilização de cardápios-base por tipologia e faixa horária.

b) Possibilidade de ajustes conforme o perfil do público e do evento, mediante anuência da fiscalização.

c) Atendimento a restrições alimentares previamente informadas, quando solicitado.

d) Fornecimento de kits individuais lacrados e identificados, quando demandado.

e) Os serviços deverão contemplar cardápios compatíveis com diferentes perfis de público, incluindo atendimento a restrições alimentares e necessidades específicas, conforme detalhamento a ser definido no Termo de Referência.

Conformidade e habilitação

a) Comprovação, na fase de habilitação, de regularidade junto aos órgãos competentes, incluindo licenças sanitárias e Responsável Técnico Nutricionista com registro ativo no CRN.

b) Comprovação de experiência em serviços similares, por meio de atestados de capacidade técnica, conforme definido no Termo de Referência.

Os critérios de habilitação e julgamento previstos no Termo de Referência têm como finalidade mitigar riscos de inadimplemento e assegurar a seleção de fornecedores com capacidade técnica compatível com a complexidade e a qualidade exigidas para os serviços.

5. Levantamento de Mercado

Diante da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado para verificar a existência de fornecedores aptos a atender às especificações dos serviços pretendidos, avaliando as seguintes alternativas:

a) Execução direta pela Administração: inviável diante da inexistência de estrutura física, equipe técnica e logística próprias.

b) Contratações avulsas por evento: modelo menos eficiente, com repetição de procedimentos administrativos e menor previsibilidade de preços.

c) Contrato continuado com quantitativo fixo: inadequado em razão da oscilação e imprevisibilidade da demanda anual.

d) Sistema de Registro de Preços: solução mais vantajosa, por permitir contratações sob demanda, sem obrigação de consumo mínimo, com preços previamente registrados e maior eficiência administrativa.

Nesse contexto, o levantamento de mercado indica que a contratação por meio de Ata de Registro de Preços representa a alternativa técnica e economicamente mais adequada para o atendimento das necessidades institucionais da JUCESP.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na realização de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de buffet.

O objeto abrange a prestação de serviços de coffee breaks, lanches, kits individuais e refeições, com ou sem estrutura de apoio operacional, incluindo montagem, reposição e atendimento, conforme a necessidade de cada evento.

A Ata de Registro de Preços estabelecerá preços unitários, especificações padronizadas e parâmetros mínimos de desempenho, incluindo prazos de entrega, condições de montagem e desmontagem, padrões de apresentação e requisitos sanitários e operacionais, assegurando uniformidade, qualidade e previsibilidade na execução dos serviços.

O Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado diante da variabilidade e imprevisibilidade das demandas institucionais, permitindo contratações sob demanda durante a vigência da ata, mediante emissão de ordens de fornecimento, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, observada a disponibilidade orçamentária.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no planejamento dos eventos institucionais da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) para o exercício de 2026, consolidado pela Assessoria de Comunicação e Eventos (ACE), em conjunto com as demais unidades da Autarquia.

O levantamento considerou a tipologia dos eventos previstos, a frequência estimada de realização, os tipos de serviços de buffet demandados e o quantitativo médio de participantes por evento.

Ressalta-se que este constitui o primeiro processo da JUCESP para formalização de Ata de Registro de Preços voltada à contratação de serviços de buffet, inexistindo histórico consolidado específico. Assim, a estimativa foi construída com base em parâmetros objetivos, considerando a programação institucional e as demandas recorrentes das unidades administrativas, especialmente da Presidência, da Assessoria de Comunicação e Eventos (ACE), da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e das demais Diretorias.

As quantidades foram definidas a partir da estimativa do público a ser atendido por tipologia de serviço ao longo do exercício, observada a frequência prevista dos eventos institucionais.

Especificamente em relação ao serviço de *coffee break*, o quantitativo originalmente estimado em 2.780 pessoas foi arredondado para 3.000, considerando-se uma margem de segurança adicional, em razão do aumento no consumo de produtos específicos e da possibilidade de ampliação da demanda ao longo da vigência da Ata.

Tal metodologia confere flexibilidade à contratação, permitindo o atendimento sob demanda, conforme a efetiva necessidade da Administração, respeitados os limites da Ata de Registro de Preços e a disponibilidade orçamentária, sem geração de obrigação de consumo mínimo.

As estimativas possuem caráter referencial e não geram obrigação de contratação integral pela Administração.

Tabela-Resumo de Quantidades Estimadas

Tipo de Serviço	Quantidade Estimada Anual*	Origem nos Eventos 2026
Café da manhã	2.000 pessoas	Dia das Crianças, dia do Servidor + eventos institucionais
Coffee break	3.000 pessoas	SIPAT, Feira, Conselhos, Seminários, CONAJ
Brunch	500 pessoas	Conselho Consultivo + Eventos institucionais
Coquetel volante	2.000 pessoas	Aniversário, Confraternização + eventos institucionais
Almoço ou jantar tipo I	2.000 pessoas	Eventos institucionais
Almoço ou jantar tipo II	2.000 pessoas	Eventos institucionais
Kit lanche	500 pessoas	Eventos diversos

* Quantidades estimadas com base em projeções de eventos institucionais e internos, podendo variar conforme a demanda real durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O detalhamento das informações que fundamentam os quantitativos estimados, incluindo a relação dos eventos previstos, as modalidades de serviço de buffet e os quantitativos de pessoas por evento, encontra-se consolidado no documento “Memória de Cálculo – Calendário Eventos”, que integra os autos do processo como memória de cálculo e subsidia a Tabela-Resumo de Quantidades Estimadas apresentada.

As estimativas adotadas visam assegurar o adequado planejamento orçamentário, a eficiência administrativa e o uso racional dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 40/2020, mantendo a necessária flexibilidade para absorver variações na programação institucional durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 927.025,00

ITEM	SERVIÇOS DE BUFFET	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Café da manhã	Pessoa	2000	R\$ 50,00	R\$ 100.000,00

2	Coffee break	Pessoa	3000	R\$ 54,17	R\$ 162.510,00
3	Brunch	Pessoa	500	R\$ 71,00	R\$ 35.500,00
4	Coquetel volante	Pessoa	2000	R\$ 76,50	R\$ 153.000,00
5	Almoço ou jantar tipo I	Pessoa	2000	R\$ 107,67	R\$ 215.340,00
6	Almoço ou jantar tipo II	Pessoa	2000	R\$ 121,67	R\$ 243.340,00
7	Kit Lanche	Unidade	500	R\$ 34,67	R\$ 17.335,00
TOTAL					R\$ 927.025,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Embora existam diferentes tipologias de serviço, a contratação em lote único mostra-se mais vantajosa em razão da integração logística, padronização operacional, uniformidade de atendimento, simplificação da gestão contratual e potencial ganho de escala.

O parcelamento poderá elevar custos administrativos e comprometer a eficiência da execução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica a necessidade de firmar contratos correlatos nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação não consta do Plano de Contratações Anual – PCA 2026, em razão da necessidade superveniente decorrente da intensificação das atividades institucionais, da ampliação da agenda de eventos e da imprevisibilidade quanto ao volume de demandas ao longo do exercício, o que inviabilizou sua previsão no planejamento anual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação, via Ata de Registro de Preços, de serviços de buffet trará ganhos diretos à JUCESP na realização de eventos institucionais (internos e externos). Destacam-se:

- Melhor organização dos eventos: suporte alimentar adequado, assegurando acolhimento, conforto e continuidade das atividades.
- Padronização e qualidade: serviços com segurança alimentar, apresentação compatível com o padrão institucional e conformidade com normas sanitárias (sob SLA definido).

- Otimização de recursos internos: redução de sobrecarga operacional da equipe, que permanece focada nas funções finalísticas.
- Agilidade e previsibilidade: atendimento sob demanda por ordens de fornecimento, sem necessidade de novas licitações a cada evento e sem compromisso de consumo mínimo.
- Fortalecimento da imagem institucional: eventos bem executados, com recepção condizente ao nível de autoridades, parceiros e convidados.
- Eficiência e economicidade: preços unitários registrados, melhor controle de custos e planejamento ao longo do exercício, observada a disponibilidade orçamentária.
- Governança e transparência: critérios e especificações previamente definidos na ata, facilitando fiscalização, medição e aplicação de eventuais sanções.

A contratação configura instrumento estratégico para assegurar excelência, modernização e valorização da atuação pública da JUCESP, garantindo qualidade, eficiência e conformidade na realização de seus eventos.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação dos serviços de buffet por meio de Ata de Registro de Preços, as seguintes providências deverão ser adotadas:

- Elaboração e aprovação do Termo de Referência, com detalhamento das especificações técnicas dos serviços, estimativas de quantidades e valores, critérios de julgamento e condições de execução;
- Deflagração do processo licitatório, na modalidade mais adequada, com observância à legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), especialmente quanto à adoção da Ata de Registro de Preços;
- Consulta à disponibilidade orçamentária, com reserva de recursos para atendimento à demanda inicial, conforme programação institucional; Encaminhamento do processo à área jurídica, quando aplicável, para análise e validação dos documentos instrutivos;
- Acompanhamento e gestão contratual pela unidade demandante, observando a execução conforme as cláusulas contratuais e os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

Tais providências são necessárias para garantir que a contratação ocorra dentro dos parâmetros legais e operacionais exigidos, assegurando a entrega dos serviços com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação poderá gerar resíduos sólidos decorrentes de embalagens, materiais descartáveis e sobras alimentares.

Como medidas mitigadoras, deverão ser priorizados materiais recicláveis ou biodegradáveis, redução de embalagens, destinação ambientalmente adequada dos resíduos, uso preferencial de utensílios reutilizáveis quando viável e observância às normas ambientais aplicáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação dos serviços de buffet por meio de Ata de Registro de Preços mostra-se viável técnica, administrativa e economicamente, considerando a recorrência das demandas institucionais da JUCESP e a impossibilidade de execução direta pela autarquia.

A solução foi definida com base em levantamento de mercado, análise do histórico de eventos realizados e na observância das boas práticas da Administração Pública. A adoção da Ata permite atendimento ágil e padronizado, com controle de qualidade, adequação sanitária e flexibilidade para demandas de diferentes portes.

Além disso, trata-se de objeto comum e amplamente praticado no setor público, com oferta consolidada no mercado, o que viabiliza a obtenção de propostas vantajosas e competitivas, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação é plenamente viável e representa uma solução adequada às necessidades operacionais e institucionais da JUCESP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SANDER APARECIDO ALVARENGA

Assessor Técnico da Presidência



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 15:56:57.

MEMÓRIA DE CÁLCULO | CALENDÁRIO DE EVENTOS

A presente memória de cálculo consolida as estimativas de eventos institucionais e internos da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), bem como os quantitativos projetados de serviços de buffet necessários ao seu atendimento durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços, com base em projeções de demanda e no histórico de realização de eventos da Autarquia, possuindo os valores e quantitativos apresentados caráter meramente estimativo e não vinculante.

Evento	Data	Serviço de buffet	Quantidade do serviço	Quantidade de pessoas
Dia das Crianças	09/10	Café da manhã	1	40
Dia do Servidor Público	29/10	Café da manhã	1	220
Confraternização Fim de Ano	Dezembro (data a definir)	Coquetel	1	400
Aniversário JUCESP	Julho (data a definir)	Coquetel	1	400
SIPAT – abertura	09 a 13/11	Coffee Break	1	75
SIPAT - encerramento	09 a 13/11	Coffee Break	1	75
Feira do Empreendedor	Outubro (data a definir)	Coffee break	8	400
Conselho Consultivo	Quatro por ano	Coffee break	4	140
Conselho Consultivo	Quatro por ano	Brunch	4	140
Seminário Integridade	(datas a definir)	Coffee break	8	800
Reuniões PRE	(datas a definir)	Coffee break	20	400
Eventos JUCESP	(datas a definir)	Kit Lanche	5	500
Eventos JUCESP	(datas a definir)	Café da Manhã	3	1.740
Eventos JUCESP	(datas a definir)	Brunch	2	360
Eventos JUCESP	(datas a definir)	Coquetel	3	1.200
Eventos JUCESP	(data a definir)	Almoço/Jantar tipo I	5	2.000
Eventos JUCESP	(data a definir)	Almoço/Jantar tipo II	5	2.000
CONAJ	(data a definir)	Coffee break	8	890

* Quantidades estimadas com base em projeções de eventos institucionais e internos, podendo variar conforme a demanda real durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Tipo de Serviço	Quantidade Estimada de Serviços	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Anual
Café da manhã	5	Pessoa	2.000
Coffee break	50	Pessoa	3.000
Brunch	10	Pessoa	500
Coquetel volante	5	Pessoa	2.000
Almoço ou jantar tipo I	5	Pessoa	2.000
Almoço ou jantar tipo II	5	Pessoa	2.000
Kit lanche	5	Pessoa	500

Tipo de Serviço	Valor Médio (por pessoa)	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Anual	Valor Médio Total Estimado
Café da manhã	R\$ 50,00	Pessoa	2.000	R\$ 100.000,00
Coffee break	R\$ 54,17	Pessoa	3.000	R\$ 162.510,00
Brunch	R\$ 71,00	Pessoa	500	R\$ 35.500,00
Coquetel volante	R\$ 76,50	Pessoa	2.000	R\$ 153.000,00
Almoço ou jantar tipo I	R\$ 107,67	Pessoa	2.000	R\$ 215.340,00
Almoço ou jantar tipo II	R\$ 121,67	Pessoa	2.000	R\$ 243.340,00
Kit lanche	R\$ 34,67	Pessoa	500	R\$ 17.335,00
TOTAIS ESTIMADOS			12.000	R\$ 927.025,00

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Objeto: Registro de preços visando à contratação de serviços especializados de buffet

Prazo da Contratação: 12 meses

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ITEM COMPRAS	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Café da manhã	3697	Unidade	2000		
2	Coffee break	3697	Unidade	3000		
3	Brunch	3697	Unidade	500		
4	Coquetel volante	3697	Unidade	2000		
5	Almoço ou jantar tipo I	3697	Unidade	2000		
6	Almoço ou jantar tipo II	3697	Unidade	2000		
7	Kit Lanche	3697	Unidade	500		
TOTAL						

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Declaramos que no preço proposto, estão inclusos todos os custos relativos à frete, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e contribuições fiscais, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias à total execução dos serviços.



Local/data

Assinatura do responsável pela proposta

Cargo do responsável pela proposta

Telefone e e-mail para contato

Endereço da empresa licitante

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III.I

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO** que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

N.º XX/2026

A Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sediada à Rua Guaicurus, Nº 1394, Bairro Lapa, Cidade de São Paulo- Estado SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.920.673/0001-71, neste ato representado por Sua Secretaria Executiva de Administração, Graziela Fazzani Pavão, nomeada pela Portaria nº 456 de 2023 de junho de 2023, publicada no DOE de 11 de setembro de 2023, portador da matrícula funcional nº 430 e seu Diretor de Patrimônio e Contratos Elias Tomaszewk Junior, portador da Matrícula funcional nº 427, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º, resolve celebrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor (es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **o registro de preços visando à contratação de serviços especializados de buffet**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo **do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a **Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.1.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do item 5.1.1.

5.1.1.2 A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

5.1.1.3 A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas. Somente após o interregno de 1(um) ano, o reajuste da ata utilizará o índice IPC-A como critério de reajuste, de acordo com a Lei 14.333/2021.

5.1.1.4.1 – O reajuste previsto na cláusula anterior será realizado através de termo de apostilamento.

5.1.2 A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro,

a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores incluído nesta ata na forma de anexo, quando for o caso, consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.7. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, quando houver, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.7.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1, poderá:

5.7.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que mantiveram sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto neste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja realizado reajustamento dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do reajustamento dos preços desta ata. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

6.3. Vedação a acréscimo de quantitativo.

6.3.1 Será vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude o subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa,

caso, nas negociações a que alude o subitem anterior, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no subitem 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o subitem 7.2 deverá observar o disposto no subitem 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos subitens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do subitem 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no subitem 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do subitem 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude o subitem anterior.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos subitens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” do subitem anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no subitem 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no subitem 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos subitens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o subitem 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante **a emissão da ordem de serviços**, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o fornecedor, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

11.3. O fornecedor terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da ordem de serviços ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a ordem de serviços ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da ordem de serviços ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida ordem de serviços está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

11.3.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em via digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelos representantes do órgão ou entidade gerenciadora e pelo representante do fornecedor registrado, e por testemunhas, todos abaixo identificados

São Paulo, na data de sua assinatura digital.

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Marcio Massao Shimomoto
Presidente

Graziela Fazzani Pavão
Secretária Executiva de Administração

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP

Representante legal do fornecedor registrado

Responsável
Cargo

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Anexo
Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

<i>Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>								
<i>Item</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade máxima a ser cotada</i>	<i>Quantidade mínima a ser cotada</i>	<i>Valor Un</i>	<i>Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

<i>Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>								
<i>Item</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade máxima a ser cotada</i>	<i>Quantidade mínima a ser cotada</i>	<i>Valor Un</i>	<i>Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)</i>

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2026
(PROCESSO: SEI Nº 151.00004422/2026-41)

CONTRATANTE: Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, inscrita sob o CNPJ/MF nº 08.920.673/0001-71, transformada em Autarquia estadual pela Lei nº. 1.187, de 28 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 58.879, de 07 de fevereiro de 2013, com sede na Rua Guaicurus, nº 1394, Lapa, São Paulo/SP, CEP 05033-002, neste ato representada por sua Secretária Executiva de Administração, Graziela Fazzani Pavão, CPF nº 310.859.948-80.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ/MF nº XXXXXXXX, com sede na XXXXXX, nºXXX, Bairro XXXXX, XXX/XX, CEP: XXXXX, neste ato representada por seu representante legal XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX.

OBJETO: Contratação de serviços especializados de buffet para XXXXXXXXX, a ser realizado no dia XX/XX/XXXX.

Pelo presente documento, fica a Contratada autorizada a executar os serviços contratados, devendo observar todos os requisitos e obrigações constantes no Termo de Referência, que faz parte e integra a presente contratação, e suas especificações técnicas, assim como as seguintes disposições:

1. O valor total da prestação dos serviços é **R\$ XX.XXXX,00**, no qual estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;
2. Para cobertura das despesas, a Contratante emitiu a Nota de Empenho nº **XXXXNE000XX** da Unidade Gestora Executora (UGE) nº 102801 – Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, e que onerará a Natureza de Despesa nº 339039 – Programa de Trabalho 23126105064850000 no valor total descrito no item anterior;
3. Os prazos para produção deverão ser aqueles indicados no Termo de Referência;
4. A Contratada deverá fornecer todos os materiais, produtos e equipamentos necessários a completa e efetiva execução dos serviços propostos;
5. **O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias** (artigo 2º do Decreto estadual nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto estadual nº 43.914, de 26/03/1999), contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Sede da Contratante, à vista do relatório de serviços executados,

mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, obrigatoriamente na instituição financeira BANCO DO BRASIL, e a ser indicada por ela;

6. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no “*Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF*”, o qual deverá ser consultado por ocasião do pagamento. O cumprimento da condição a que se refere este item poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799/2008;

7. Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore* em relação ao atraso verificado;

8. O preço contratado já contempla todos os serviços a serem desenvolvidos pela Contratada, e permanecerá fixo e irrevogável;

9. A Contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

10. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste instrumento;

11. Conforme faculta os artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, não será exigida a prestação de garantia para contratação;

12. A contratação poderá ser rescindida, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 137 e 139 da Lei federal nº 14.133/2021, reconhecendo a Contratada, desde já, os direitos da Contratante nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 138 da Lei federal nº 14.133/2021;

13. Eventuais descumprimentos por parte da Contratada ensejarão as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 6.544/1989 e Resolução SDECTI nº 12, de 28/03/2014, além de outras cabíveis;

14. A Contratante reserva-se ao direito de descontar da fatura os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas deste instrumento e de obrigações da contratação, ou, quando for o caso, efetuar a cobrança judicialmente;

15 Aplicam-se às omissões deste Termo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 6.544/1989 e as demais normas pertinentes;

16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, XX de XXXX de XXXX.

Márcio Massao Shimomoto

Presidente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX